

“Os credores terão de se conformar com o deságio”

por José Faria
de São Paulo

O ex-ministro do Planejamento e da Fazenda, deputado federal Antônio Delfim Netto (PDS-SP), que comandou a equipe econômica governamental por um período de doze anos descontínuos durante os vinte anos de regime militar, quando o País contraiu a maior parte de sua dívida externa junto aos credores privados internacionais, já aceita discutir formas não convencionais de pagamento desses débitos.

Segundo Delfim Netto, que desenvolveu, em sua gestão, uma negociação ortodoxa da dívida externa com os credores através do monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI), a defesa de um desconto no estoque da dívida, calculada hoje em US\$ 105 bilhões, “é uma postura éticamente defensável”.

Delfim argumentou que boa parte desses débitos é resultado da elevação dos juros internacionais — final dos anos 70 e início da década de 80 — base de cálculo para os pagamentos do serviço da dívida aos credores pelo governo brasileiro. Ele disse que a política econômica desenvolvida pelo presidente dos EUA, Ronald Reagan, de diminuição de impostos e elevação das taxas de juro, provocou uma “tragédia” nas relações de troca entre o Brasil e aquele país.

“Mais dia, menos dia, o sistema financeiro internacional terá de se conformar com o deságio”, afirmou o parlamentar a este jornal em seu escritório político, localizado no tranquilo bairro do Pacaembu, próximo à região central de São Paulo. Vestindo os tradicionais suspensórios, Delfim explicou que a aceitação, pelos banqueiros internacionais, de um desconto nos títulos da dívida brasileira “significa reparar o ônus imposto ao País pela alta das taxas de juro e pela política monetária americana”.

De acordo com o ex-ministro, contudo, o desconto da dívida externa do País só poderá se viabilizar a partir do momento em

28 NOV 1988



Antônio Delfim Netto

que um organismo internacional como o FMI ou o Banco Mundial (BIRD) ofereçam aval aos novos títulos brasileiros, que serão trocados pelos atuais. “Sem essa garantia não há como os credores acreditarem que os novos títulos serão pagos”, disse.

Apesar de sua nova postura diante da dívida externa, Delfim defendeu o fato de o País ter contraído essa dívida durante sua gestão à frente da equipe governamental. “A dívida certamente deixou o Brasil maior do que era”, afirmou. “Se não fosse a dívida, o Brasil seria um Bangladesh”, acrescentou.

DÍVIDA EXTERNA

Crítico permanente do Plano Cruzado, Delfim admite que o lançamento das Letras do Banco Central (LBC) e posteriormente, criadas pelo ex-ministro Dilson Funaro, e, posteriormente das Letras Financeiras do Tesouro (LFT) permitiu ao governo rolar a dívida interna com um custo financeiro substancialmente menor. “O lançamento das LBC foi, certamente, um avanço enorme”, afirmou. Para ele, o governo tem de procurar financiar a dívida interna com o mínimo de juros reais e a LBC/LFT praticamente não oferece ao investidor remuneração real.

CONVERSÃO

A conversão da dívida externa, na opinião do ex-ministro, “tem que ter um controle mesmo”, em razão dos efeitos que provoca na base monetária (emissão primária de moeda). Ele preferiu não entrar em detalhes sobre o assunto.